



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Processo n.º: 00600-00010405/2022-00-e

Origem: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Assunto: Representação

Ementa: Representação efetuada por candidato ao cargo de Agente de Polícia, na categoria de pessoa com deficiência, incluindo os efeitos da cautelar solicitada pelo representante ministerial no Processo n.º 00600.00009569/2022-86, no concurso público aberto por meio do Edital n.º 1, de 30.06.20, em face de possível irregularidade cometida na condução desse concurso, consistente em sua eliminação do mesmo, por não ter sido considerado Pessoa Com Deficiência – PCD. **Decisão Reservada n.º 240/22:** conhecimento do requerimento como se representação fosse e fixação de prazo ao CEBRASPE e à PCDF para manifestação. Apresentação de pedidos pelo representante: vista dos presentes autos e realização de sustentação oral. Despacho Singular n.º 348/2022 – GCMA: concessão. Despacho Singular n.º 357/2022 – GCMA: alteração de data designada para sustentação oral. Despacho Singular n.º 379/2022 – GCMA: alteração de data designada para sustentação oral. Pedido de acesso à informação pelo Representante. Despacho Singular n.º 386/2022 – GCMA: concessão. **Decisão n.º 5.183/22:** conhecimento dos documentos encaminhados pelo CEBRASPE e pelo candidato, para análise posterior, reiteração à PCDF da Decisão Reservada n.º 240/22 e concessão de medida cautelar para determinar à PCDF e ao CEBRASPE que reintegrem o candidato no concurso até o exame de mérito da representação. Manifestação da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF. Despacho Singular n.º 70/2023 – GCMA: sustentação oral marcada para a sessão do dia 08/03/2023. **Decisão n.º 774/2023:** realização da sustentação oral e adiamento da discussão da matéria. **Nesta fase:** análise de mérito da representação. Unidade Técnica sugere ao Tribunal que: a) tome conhecimento das informações encaminhadas pela PCDF e pelo CEBRASPE, em atendimento à Decisão n.º 5.183/22; b) considere, no mérito, improcedente a representação, uma vez que não restaram demonstradas as irregularidades ventiladas; c) revogue a medida cautelar concedida; d) dê ciência da decisão a ser adotada aos interessados; e e) autorize o arquivamento dos autos. Ministério Público aquiesce. Relator com voto divergente. Procedência da representação. Determinação à PCDF e ao CEBRASPE para que adotem as medidas cabíveis com vistas a permitir, em definitivo, a continuidade da participação do candidato (representante) no concurso na condição de PCD, em face da insubsistência dos motivos que levaram à sua não qualificação como PCD e à sua inaptidão para o exercício do cargo pretendido. **Decisão n.º 1.086/2023:** pedido de vista formulado pelo Conselheiro Inácio Magalhães Filho. VOTO convergente com a instrução processual.

VOTO DE VISTA

Trata-se de uma representação efetuada por um candidato ao cargo de Agente de Polícia, na categoria de pessoa com deficiência, em relação ao concurso público aberto por meio do Edital n.º 1, de 30.06.20. O candidato alega ter sido eliminado do concurso por não ter sido considerado Pessoa Com Deficiência - PCD, em virtude de uma possível irregularidade cometida na condução do concurso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Pedi vista dos autos, nos termos vazados na Decisão n.º 1.086/2023 (peça 96), para melhor me inteirar da matéria.

No exame que faz, Sua Excelência, o Relator, manifesta-se pela procedência da Representação, tendo por fundamento, em essência, o seguinte:

“(…)

Nesta fase, encontra-se em exame, pois, o mérito da representação. Em sua análise das informações enviadas, incluindo as remetidas inicialmente pelo CEBRASPE, ou seja, do mérito da representação, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCDF – SEFIPE, tendo em conta a instrução de peças 85 e 86, apresentou um resumo das considerações efetuadas pelo candidato e dos esclarecimentos prestados pela PCDF e o CEBRASPE, bem como conclusão no sentido da improcedência da representação por não terem sido confirmadas as irregularidades noticiadas pelo representante, sugerindo ao Tribunal:

“I) tomar conhecimento do Ofício n.º 1270/2022- PCDF/DGPC/ASS (peça 59) e anexos (peças 60/63), em especial do Ofício CEBRASPE n.º 6956/2022 (peça 61), e do Ofício n.º 65/2023-PCDF/DGPC/ASS (peça 69) e anexos (peças 70/84), em resposta à Decisão n.º 5183/2022, ambos os expedientes da Polícia Civil do Distrito Federal;

II) considerar, no mérito, improcedente a Representação, pois não restaram demonstradas as irregularidades ventiladas;

III) revogar a medida cautelar deferida pelo item III da Decisão n.º 5183/2022;

IV) dar ciência desta Informação, do Relatório/Voto do Conselheiro Relator e da decisão que vier a ser proferida ao interessado, à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE; e

V) autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para arquivamento.”

O Ministério Público, por meio do Parecer n.º 202/2023-G3P (peça 88), aquiesceu à análise e sugestões da Unidade Técnica.

Além das considerações efetuadas pelo signatário da representação na peça exordial, o mesmo pediu e lhe foi autorizado fazer sustentação oral, a qual, pelo Despacho Singular n.º 70/2023-GCMA, foi marcada e realizada na sessão do dia 08.03.23, com apresentação de memorial (peça 94), ocasião em que o Tribunal decidiu adiar a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao meu gabinete, à vista dos argumentos apresentados, conforme a Decisão n.º 774/23 (peça 93).

Pois bem, com a devida vênia ao entendimento da Unidade Instrutiva, corroborado pelo Órgão Ministerial, permito-me divergir da análise e sugestões efetuadas, filiando-me, portanto, em essência, aos argumentos apresentados pelo representante, para considerar procedente sua representação. Justifico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Inicialmente, vale relembrar que a representação trouxe, basicamente, duas questões relacionadas com o concurso público aberto pela PCDF, por meio do Edital nº 1, de 30.06.20, para o cargo de Agente de Polícia: a primeira referente à avaliação biopsicossocial, por não ter sido o representante tido como Pessoa Com Deficiência – PCD visual, e a segunda em face de ele ter sido reprovado na avaliação médica por conta de sua visão subnormal nos 2 (dois) olhos e problema cardíaco.

Quanto à primeira questão noticiada na exordial, o representante, em resumo, alegou que, na avaliação dos critérios para ser enquadrado como PCD visual, a cargo da avaliação biopsicossocial, deveriam ser observados os critérios da Lei distrital nº 4.317/09, e não os do Decreto federal nº 3.298/99, como fez o CEBRASPE, basicamente porque as duas normas foram previstas no edital regulador do concurso, bem como porque os parâmetros dispostos nessa lei são mais benéficos (menos rigorosos) que os do aludido decreto, para a qualificação como PCD, devendo ser aplicados em detrimento daqueles do referido decreto, à luz do disposto no art. 121 da Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), também prevista no edital do concurso, que manda aplicar a norma mais benéfica à PCD.

De acordo com o laudo oftalmológico apresentado pelo representante, juntado à peça 39 (fl. 12), o mesmo, realmente, não preenche o requisito mínimo de visão previsto no Decreto federal nº 3.298/99 (Nota de Rodapé – NR 5), mas sim o da Lei distrital nº 4.317/09 (NR 4).

O Corpo Técnico e o Ministério Público se manifestaram de forma contrária, defendendo o uso do Decreto federal nº 3.298/99, e não da Lei distrital nº 4.317/09, entendendo, com isso, correto o posicionamento da banca do CEBRASPE, que não considerou o representante como PCD visual a teor daquele decreto.

A meu ver, a partir do momento em que o edital, em seu subitem 5.6.1, diz que a avaliação biopsicossocial fundamentará sua decisão acerca da situação do candidato como PCD ou não com base na Lei distrital nº 4.317/09 e também no Decreto federal nº 3.298/99, traz consigo uma dualidade interpretativa que não deve levar a prejuízo aos candidatos que sejam afetados pelos critérios ali dispostos.

Se é verdade que o edital faz lei entre as partes, é também verdade que as normas que o regem vinculam não somente os candidatos, mas também a administração pública que o publicou, além do que é preciso destacar que nenhuma observação foi feita, no sentido de qual das legislações seria aplicável, na análise do edital pelo Corpo Instrutivo, pelo Órgão Ministerial e pelo próprio Tribunal, empreendida no Processo nº 00600-00003562/2020-80.

Nessa senda, penso plenamente aplicável ao caso concreto o disposto na Lei distrital nº 4.317/09, que possibilita o enquadramento do candidato (representante) como PCD visual, com base no disposto no parágrafo único (NR 6) do art. 121 da Lei nº 13.146/15, que dispõe



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e que também foi prevista no edital do concurso.

Sabidamente, o referido estatuto representa uma das maiores conquistas de diversos movimentos organizados que trabalham por melhores condições políticas e uma legislação favorável à inclusão social. Significa dizer que foi elaborado com o intuito de alcançar o objetivo proposto pela convenção da ONU, sobre os direitos das PCDs, da qual o Brasil é signatário, trazendo notável avanço para a inclusão e a proteção da dignidade da PCD em nosso país, em conformidade com as diretrizes traçadas pela nossa Constituição Federal.

Consigne-se, ainda, que, no edital, há previsão da aplicação de outra lei local, a Lei distrital nº 4.949/12, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do DF.

Em reforço, ressalte-se que o representante juntou aos autos:

a) declarações de candidatos ao cargo de Agente de Polícia, informando que eram PCDs auditivas, à luz da Lei distrital nº 4.317/09, bem como atestados médicos, confirmando suas condições de PCDs auditivas, à luz da legislação brasileira, os quais foram aceitos pela junta responsável pela avaliação biopsicossocial, e considerados pela mesma PCDs auditivas, e aptos às vagas destinadas a PCDs (peça 1, fls. 9/18); e

b) parecer de médico que atua na emissão de pareceres em juízo (peça 39, fls. 69/70), concluindo que:

“I - O periciado é portador de alterações coreanas em ambos os olhos de caráter definitivo com comprometimento de sua acuidade visual, enquadrando-se como Pessoa com Deficiência conforme a Lei Distrital 4.317/2009.

II - Mesmo sendo portador de alterações de sua capacidade visual o periciado desenvolveu capacidade adaptativa para manuseio e disparo de arma de fogo com desempenho acima da média.

III - Não há elementos periciais para se afirmar que a condição visual do periciado é incompatível com o cargo pretendido.

IV - Não há elementos periciais para se afirmar que a condição visual do periciado será potencializada com as atividades a serem desenvolvidas (atividades de caráter policial). V - Não há elementos periciais para se afirmar que a condição determinante de frequentes ausências.

VI - Não há elementos periciais para se afirmar que a condição visual do periciado é capaz de gerar atos que venham a colocar em risco a segurança do candidato ou de outras pessoas no desempenho do cargo ou durante o Curso de formação.

VII - Não há elementos periciais para se afirmar que a condição visual do periciado é potencialmente incapacitante a curto prazo.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

No tocante à segunda questão da representação, especificamente quanto à reprovação na avaliação médica por conta de visão subnormal em ambos os olhos, o representante aduziu que não poderia ser eliminado pela mesma condição que o enquadraria como PCD.

Considerando a conclusão a que cheguei, no exame anterior, segundo a qual o representante (candidato) deveria participar do concurso nas vagas destinadas à PCD, na condição de deficiente visual, a teor da Lei distrital nº 4.317/09, penso, s.m.j., que esteja correta sua alegação, cabendo-lhe, igualmente, razão.

Com efeito, levando em conta que o representante se enquadra como PCD visual, pela baixa visão que possui, nos termos da Lei distrital nº 4.317/09, ele não poderia ser reprovado (não apto) por esse mesmo motivo pela junta responsável pela avaliação médica, até porque os requisitos mínimos estabelecidos no edital, para aprovação na avaliação médica, somente são válidos para candidatos às vagas de ampla concorrência, e não às de PCD.

No que se refere ao segundo ponto da segunda questão da exordial, relativo à reprovação na avaliação médica por conta de problema no coração (refluxo valvar tricúspide ao ecocardiograma bidimensional), o representante encaminhou, juntando aos autos, atestados de cardiologistas (peça 2, fls. 28/35 e 37/41), inclusive de um dos médicos que participou daquela junta de avaliação médica (peça 39, fl. 6), que rechaçam a conclusão dessa junta, declarando que o paciente (representante) apresenta resultados de exames cardiológicos normais e está em plena capacidade cardiológica, não possuindo doenças cardiovasculares, e encontrando-se apto para atividades físicas, mesmo intensas.

Adicionalmente, o representante enviou a sua ficha cadastral do Exército Brasileiro, onde ocupa o cargo de Primeiro-Tenente Temporário, constando, entre outros, estar apto nas inspeções de saúde e nos testes de aptidão física a que foi submetido (peça 2, fls. 51/52 e 54), bem como o parecer de médico que atua na emissão de pareceres em juízo, concluindo que “não há elementos periciais para se afirmar que o periciado apresente qualquer condição clínica correlacionada a valvulopatia tricúspide”, essa a doença apontada pela junta da avaliação médica (peça 39, fls. 69/70).

A mim parece claro, portanto, em face dos atestados médicos remetidos pelo representante, principalmente aquele assinado por um dos médicos componentes da junta de avaliação médica (3 (três) no total), registrando que ele apresenta resultado de exame do coração normal, estando apto a atividades físicas, que houve equívoco daquela junta, na avaliação realizada.

Em decorrência, cabe determinar à PCDF e ao CEBRASPE que adotem as medidas cabíveis com vistas a permitir, em definitivo, a continuidade da participação do candidato no concurso na condição de PCD, em face da insubsistência dos motivos que levaram à sua



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

não qualificação como PCD e à sua inaptidão para o exercício do cargo pretendido.

Assim, diante de todo o exposto, lamentando dissentir da Unidade Técnica e do Ministério Público, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento do Ofício nº 1270/2022-PCDF/DGPC/ASS (peça 59) e anexos (peças 60/63), em especial do Ofício CEBRASPE nº 6956/2022 (peça 61), e do Ofício nº 65/2023-PCDF/DGPC/ASS (peça 69) e anexos (peças 70/84), encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, em resposta à Decisão nº 5.183/22, tendo-a por cumprida;

II – considere, no mérito, procedente a representação em exame;

III – determine à PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE que adotem as medidas cabíveis com vistas a permitir, em definitivo, a continuidade da participação do candidato no concurso na condição de PCD, em face da insubsistência dos motivos que levaram à sua não qualificação como PCD e à sua inaptidão para o exercício do cargo pretendido;

IV – autorize:

a) o envio de cópia desta decisão e do relatório/voto ao representante, à PCDF e ao CEBRASPE;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCDF – SEFIPE, para fins de arquivamento.

Como se nota, a matéria é deveras urgente e complexa, ainda mais porque o certame encontra-se praticamente em fase final. São duas as questões postas pelo representante. A primeira diz respeito à avaliação biopsicossocial, por não ter sido considerado com deficiência; a segunda trata da sua reprovação na avaliação médica por ter visão subnormal e problema cardíaco.

Convém tratar dos temas de *per si*, para melhor compreensão.

Primeiramente, há que se ter em mente que a avaliação biopsicossocial, segundo determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência, constitui-se em um procedimento realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar, de cunho eminentemente técnico, destinado a comprovar os direitos das pessoas com deficiência. Para tanto, a norma de regência enumera os seguintes requisitos necessários à comprovação, segundo o disposto no § 1º, do art. 2º, da Lei n.º 13.146/2015:

- os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- a limitação no desempenho de atividades; e
- a restrição de participação



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Veja-se, portanto, que o escopo de análise é bem mais amplo que aquela realizada na inspeção médica destinada a avaliar as condições de saúde do candidato em relação às necessidades para o exercício do cargo.

Noutras palavras, não se vislumbra antagonismo em uma pessoa não ser considerada portadora de deficiência e ao mesmo tempo não ser aprovada em exame médico admissional. São efetivamente situações distintas.

Note-se, ademais, que ambas as avaliações (biopsicossocial e médica) estavam devidamente previstas no edital do certame, não tendo sido, ao que se sabe, contestadas pelo representante. Nesse sentido, veja-se decisão do TJDF¹ em caso semelhante ao ora examinado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. INCOMPATIBILIDADE DA DEFICIÊNCIA FÍSICA COM O CARGO. ELIMINAÇÃO DO CONCURSO. PREVISÃO EDITALÍCIA. DECISÃO MANTIDA. 1. A controvérsia recursal consiste em decidir acerca da possibilidade de o agravante participar das demais fases do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de agente da Polícia Civil do Distrito Federal. 1.1 O edital do certame é claro ao distinguir a etapa da avaliação biopsicossocial - destinada a analisar a qualificação do candidato como pessoa com deficiência - e a avaliação de saúde - destinada a avaliar as condições de saúde do candidato em relação às necessidades para o exercício do cargo- e o recorrente, ao participar do concurso, aceitou as regras constantes no edital. 2. A avaliação médica e a realização de exames para o ingresso no concurso público são imprescindíveis, tendo em vista que somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. 3. Constado que o candidato, portador de deficiência física, não atendeu às exigências mínimas necessárias para a aferição da capacidade laborativa para o cargo de Agente da Polícia Civil do Distrito Federal, mostra-se legítimo o ato administrativo que determina a sua exclusão do certame, porquanto revestido de legalidade. 4. Recurso conhecido e desprovido.

No que tange à legislação a ser observada, em que pese, de fato, certa incongruência no edital em prever duas normas antagônicas, não se pode desconsiderar, como salientado pela unidade instrutiva, que a PCDF é regida por leis federais. Assim, não cabe, no caso, a aplicação da norma distrital, embora mais benéfica ao representante.

Note-se, inclusive, que esta Corte possui sólida jurisprudência, no sentido de que à PCDF aplica-se não só a legislação, como também a interpretação das normas vindas da área federal. Eis a decisão de que se fala:

DECISÃO N.º 2581/2005

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - conhecer da consulta formulada pela Polícia Civil do Distrito Federal,

¹ TJDF 07265071920228070000 1638792, Relator: CARLOS PIRES SOARES NETO, Data de Julgamento: 09/11/2022, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 25/11/2022.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*por satisfazer os requisitos legais e regulamentares à sua admissão, consoante o disposto no art. 194 da Resolução-TCDF nº 38/90; (...) **uma vez que aos policiais civis do Distrito Federal aplica-se a legislação federal e, por consequência, os critérios interpretativos adotados naquela esfera de Governo.***

Observe-se que o entendimento mantido pelo Tribunal está em consonância com posição adotada pelo TJDF², conforme também citado pela instrução processual e, como exemplo, demonstrado a seguir:

*(...) Dispondo a Lei Distrital 851/95 sobre vencimentos, composição da remuneração, percentual de representação mensal e época de revisão e extinção de vantagem de policiais civis, viola a Lei Orgânica do Distrito Federal (art. 14), **porquanto não é lícito ao Distrito Federal legislar sobre matéria de competência da União.** 2. Ação Procedente*

Assim, quer parecer infrutífera a alegação do representante neste ponto, porquanto a falha do edital não prejudicou o regular andamento do certame.

Quanto à inaptidão realçada na avaliação médica, observa-se que a *quaestio* cuida de aspecto meramente fático e não de Direito, haja vista a divergência entre os laudos médicos particulares citados pelo representante e as conclusões da **junta médica oficial** do concurso público.

Nada obstante o aparente conflito, há que se considerar que o laudo particular carece de impessoalidade, ao ponto em que, em contrapartida, os entendimentos mantidos por juntas médicas oficiais (às quais pela temática se inserem a da banca examinadora), segundo entendimento do STJ³, “gozam de presunção de veracidade e legitimidade”.

Também o Supremo Tribunal Federal⁴ adota posição semelhante. Veja-se:

ATESTADO MÉDICO OFICIAL VERSUS ATESTADO MÉDICO PARTICULAR - PREVALÊNCIA. Descompasso entre o conteúdo de atestado médico oficial e atestado médico particular resolve-se com a predominância do primeiro, do oficial.

Nos autos do Processo n.º 17.850/2013, da lavra deste revisor, foi defendida tese semelhante, baseada exatamente nos precedentes judiciais citados, tendo esta Corte de Contas adimplido com as seguintes ponderações:

Ato contínuo, por meio do Laudo Médico n.º 15/16-DISAUDE/SEGEDAM (fl. 198), a Junta Médica Oficial desta Corte sinalizou que “não há exames complementares com laudos da época do diagnóstico da deficiência. Há, contudo, laudo oftalmológico, anexo ao prontuário médico, que caracteriza a deficiência desde 21 de novembro de 2002, época da admissão do servidor neste Tribunal,

² TJDF - ADI Nº 1999.00.2.000949-4, Rel. Des. ESTEVAM MAIA, julg. Em 27.6.2000, maioria, acórdão nº 131272, publ. No DJU de 6.11.2000, pág. 23.

³ STJ - REsp: 1944964 CE 2021/0188547-3, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Publicação: DJ 08/04/2022.

⁴ STF - RMS: 24640 RJ, Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 23/09/2008, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-059 DIVULG 26-03-2009 PUBLIC 27-03-2009 EMENT VOL-02354-03 PP-00458 LEXSTF v. 31, n. 363, 2009, p. 85-98.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

conforme já citado no Laudo Médico nº 08/2015-DISAUDE/SEGEDAM.”

Na prática, portanto, a Junta Médica Oficial revalidou o anterior Laudo Médico nº 08/2015-DISAUDE/SEGEDAM (fl. 93), no qual atesta que não tem como comprovar que o recorrente é portador da deficiência desde o ano de 1982.

Dessa forma, impera nos autos o cabal laudo médico oficial especializado que garante não poder comprovar que o recorrente é portador da deficiência desde 1982. Em que pese à existência de laudo/declaração médica particular (fl. 103), há que ressaltar a supremacia do laudo de Junta Médica Oficial, segundo entendimento do STF.

Não há como o Tribunal, portanto, questionar, no mérito, a informação prestada pela Junta Médica Oficial, por absoluta falta de capacidade técnica.

Cumpre informar, por importante, que o representante levou a mesma questão ora debatida nestes autos ao descortino do TJDF (Processo 0711878-83.2022.8.07.0018), no qual pleiteou a “concessão de liminar, inaudita altera pars, de tutela antecipada de urgência, para autorizar a continuidade do autor em todas as demais fases e etapas do concurso público para o cargo de Agente de Polícia da PCDF, regulado pelo EDITAL Nº 1 – PCDF – AGENTE, DE 30 DE JUNHO DE 2020, incluindo Curso de Formação Profissional, eventual nomeação e posse, caso aprovado em todas as etapas dentro do número de vagas destinadas a candidatos PCDs (pessoas com deficiência)”.

Em seu julgamento, o juiz de piso **indeferiu** a tutela de urgência, argumentando que:

*“Quanto a eliminação do autor na fase de avaliação médica, o documento de ID [131295266](#) demonstra que a junta médica concluiu pela inaptidão do autor elencando vários motivos, a saber, refluxo valvar tricúspide ao ecocardiograma, acuidade visual em desconformidade dos limites estabelecidos no edital, ceratocone, laudo oftalmológico sem descrição das pranchas e ausência dos laudos de neurologista e cardiologista, sendo **constatada a presença de condições incompatíveis com o cargo pretendido, portanto, verifica-se que o ato de eliminação foi motivado.** (...)*

Assim, não é possível em análise perfunctória dos autos aferir-se a relevância das patologias apresentadas pelo autor, sendo imprescindível o estabelecimento do contraditório e a eventual dilação probatória, portanto, o pedido não pode ser acolhido.”

Houve interposição de agravo de instrumento contra a decisão que denegou a tutela vindicada, no entanto, o recurso também foi indeferido. Após, o representante requereu a desistência da ação, no que foi aceito pela juízo:

(...)

O autor requereu a desistência da ação, sem que o réu tenha apresentado contestação.

Segundo a lei processual, para a homologação da desistência é necessário que não tenha ocorrido o julgamento, sendo a concordância do réu necessária apenas se já houver havido a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

apresentação de contestação, conforme art. 485, inciso VIII, §§4º e 5º. Requisitos satisfeitos, a extinção do processo se dá sem o julgamento do mérito.

Destaca-se ser inaplicável ao caso a norma disposta no art. 488 do Código de Processo Civil, pois o autor requereu a desistência antes de perfectibilizada a relação processual. Logo, inadmissível a análise do mérito.

Assim, em razão do pedido de desistência, incide a hipótese descrita no artigo 90 do Código de Processo Civil. No entanto, tendo em vista que não houve atuação do patrono do réu, não haverá incidência de honorários advocatícios.

*Em face das considerações alinhadas, **EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, nos termos do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários.*

Ainda que não tenha havido a decisão de mérito, não se pode quedar imune à dupla decisão judicial (ordinária e recursal) que negaram o pedido do autor, o mesmo, diga-se, ora debatido, no sentido de permitir-lhe a participação “nas etapas seguintes do Concurso Público para o Provedimento de Vagas e Formação de Cadastre de Reserve no Cargo de Agente de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, regulado pelo Edital nº 1 - PCDF - AGENTE, de 30 de junho de 2020” (e-DOC 16F53416-c, peça 1).

Diante de todo o exposto, portanto, lamentando divergir do Relator, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento do Ofício n.º 1.270/2022- PCDF/DGPC/ASS (peça 59) e anexos (peças 60/63), em especial do Ofício CEBRASPE n.º 6.956/2022 (peça 61), e do Ofício n.º 65/2023-PCDF/DGPC/ASS (peça 69) e anexos (peças 70/84), em resposta à Decisão n.º 5.183/2022, ambos os expedientes da Polícia Civil do Distrito Federal;
- II. considere, no mérito, improcedente a Representação, pois não restaram demonstradas as irregularidades ventiladas;
- III. revogue a medida cautelar deferida pelo item III da Decisão n.º 5.183/2022;
- IV. dê ciência desta Informação à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE;
- V. autorize o retorno dos autos à Sefipe para arquivamento.

Brasília (DF), 17 de abril de 2023

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro